CAPES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Documento de Área

Ensino

Área 46

Coordenadora da Área:
Ivanise Maria Rizzatti

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:
Márcia C. C. T. Cyrino

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais:
Giselle Rôças

2025 – 2028

SUMÁRIO

PREÂMBULO 5
ESTADO DA ARTE 5
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS 12
1.1 Inovações, transformações e propostas 12
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior 13
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas 13
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP) 14
1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância 16
1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional 17
1.7 Visão da Área sobre formas associativas 18
1.8 A interdisciplinaridade na Área 19
1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA) .. 20
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL 21
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos 21
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual 21
2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta 22
3 IMPACTO 23
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade 23
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência 25
3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade 26
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA 27

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....30

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais. 30

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)..... 30

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade..... 31

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS 32

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração 32

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA 33

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial "Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu" disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre o futuro da Área de Avaliação e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da Capes, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores e aumento da produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, constituem a base dos diferentes processos de avaliação da Capes.

ESTADO DA ARTE

A área de Ensino é uma das quatro áreas reconfiguradas em 6 de junho de 2011, por meio da Portaria CAPES nº 83/2011. Constituiu-se a partir da nucleação dos programas da antiga Área de Ensino de Ciências e Matemática (Área 46), criada em 2000, com apenas sete programas. Daquele momento, guarda as principais referências e experiências de organização e avaliação de Programas de Pós-Graduação (PPG), justificando-se a sua criação pelos pontos de vista epistemológicos, educacionais e sociais. Em sua criação, a área de Ensino era constituída por 29 cursos de Mestrado e 19 de Doutorado, na modalidade acadêmica, e 30 cursos de Mestrado na modalidade profissional, totalizando 60 cursos stricto sensu.

A área de Ensino tem como base a pesquisa, que transita entre a ciência básica e a aplicação do conhecimento produzido, sem se restringir a um ou ao outro.

Desse modo, busca produzir conhecimentos e construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados na pesquisa em ensino e sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade.

A referência ao Ensino envolve todos os níveis e modalidades do ensino formal, da educação infantil ao doutorado, nos diversos campos do conhecimento, bem como do ensino não formal, com a divulgação científica e artística em diferentes espaços educativos.

Há um entendimento na Área de que sem acesso à educação não é possível pensar soluções para problemas como desigualdade social e racial, desmatamento, mudanças climáticas, trabalho infantil, violência, corrupção, negacionismo e as novas questões de cunho ético e social ligadas às mídias digitais que cada vez mais permeiam a vida de todos. Portanto, a pesquisa em Ensino, associada à outros campos do conhecimento, pode promover mudanças na Educação Básica e no Ensino Superior e assim contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

As ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos PPG da área de Ensino se pautam na produção de conhecimento teórico e metodológico; no desenvolvimento educacional, com a elaboração, implementação e avaliação de materiais didáticos; no processo de iniciação e divulgação científica; e nas assessorias diversas a órgãos, no ensino formal e não formal

Na área de Ensino, os PPGs se dedicam a investigar e produzir conhecimentos no campo educacional que podem desempenhar um papel fundamental na formação de profissionais capacitados, promovendo a integração entre o ensino e outras áreas do conhecimento. Os PPG têm como objeto a mediação do conhecimento em espaços formais ou não formais de ensino e de aprendizagem e, como principal objetivo, a construção de conhecimento científico sobre esse processo com a necessária qualidade metodológica de geração e análise de informações, profundidade teórica e aplicabilidade, considerando ainda, os fatores de caráter macro e microestrutural que nele interferem.

Nessa perspectiva, conforme dados oficiais de 2022, disponibilizados na Plataforma Sucupira, a área de Ensino é constituída por 182 Programas, os quais abrigam 228 Cursos, sendo 41 Cursos de Doutorado e 86 de Mestrado na modalidade acadêmica e 92 Cursos de Mestrado e 09 de Doutorado na modalidade profissional.

Informações	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP
Programas de Pós-Graduação	**182**	49	04	83	0	37	09
% de Programas de Pós-Graduação	**100,0**	**26,9**	2,2	45,6	0,0	20,3	4,9
Cursos de Pós-Graduação	**228**	**86**	41	92	09	-	-
% de Cursos de Pós-Graduação	**100,0**	**37,7**	18,0	34,4	3,9	-	-

Tabela 1 – Distribuição dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Área de Ensino. ME – Mestrado Acadêmico; DO – Doutorado Acadêmico; MP – Mestrado Profissional, DP – Doutorado Profissional.[1]

De acordo com a Tabela 2, elaborada com base nos dados do Observatório da Pós-graduação de 2022, é possível observar que as regiões Sudeste e Sul lideram em quantidade de programas e cursos disponíveis. As regiões Centro-Oeste e Norte por sua vez apresentam um número menor de opções em comparação com as demais, apesar de ainda se observar assimetrias em alguns estados dentro das demais regiões.

[1] Fonte: Plataforma Sucupira, 2024.

	Programas da Área de Ensino						Cursos da Área de Ensino				
Região	Total	ME	DO	MP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
CO	18	04	0	09	04	01	23	08	04	10	01
N	22	10	01	08	01	02	25	11	02	10	02
NE	34	12	01	15	05	01	40	17	06	16	01
S	44	11	01	16	13	03	60	24	14	19	03
SE	64	12	01	35	14	02	80	28	15	37	02
TOTAL	**182**	**49**	**04**	**83**	**37**	**09**	**228**	**86**	**41**	**92**	**09**

Tabela 2 – Distribuição de Programas e Cursos da Área de Ensino por Região – 2022[2].

A partir da análise dos resultados da avaliação dos programas e cursos, observa-se, conforme a Tabela 3, que a maioria dos programas obteve notas 3 e 4, representando 76,9% do total de 182 avaliados em 2022. Dos 41 cursos de doutorado acadêmico em funcionamento, 40 estão vinculados a programas que receberam notas 4 ou superiores. Além disso, destaca-se que cinco programas receberam nota 6 e quatro programas alcançaram a nota máxima de 7, conforme a Avaliação Quadrienal 2017-2020. A concentração em notas 3 e 4 está relacionada a jovialidade dos programas com potencial de crescimento. A Pós-Graduação em Ensino atua na formação de pesquisadores, de professores, de formadores de professores e pesquisadores que atuam em diferentes áreas relacionados ao Ensino. Assim, a expansão e a consolidação da área de Ensino podem contribuir para o enfrentamento do déficit ainda considerável de professores especializados no país, em especial aqueles que atuam na Educação Básica, atendendo às metas do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) e à missão da CAPES quanto a expansão da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e redução de assimetrias.

Em 2023 e 2024 foram aprovados oito programas, sendo seis deles associados a cursos de mestrado acadêmico. Dos 182 programas existentes, 83 são de mestrado profissional e nove de mestrado e doutorado profissional. Neste cenário, observa-se uma pequena superioridade de programas profissionais (92) em comparação aos acadêmicos (90). Já em relação aos doutorados, os programas acadêmicos (41) superam os programas de doutorado profissional, que foram autorizados a funcionar em 2018. No quadriênio 2017-2020, foram titulados 1.503 doutores na área de Ensino, com um adicional de 849 graduados durante o biênio de 2021-2022. Este aumento constante nas titulações sinaliza um crescimento contínuo esperado para o próximo quadriênio de 2021-2024.

[2] Fonte: Plataforma Sucupira, 2024.

	Programas da Área de Ensino						Cursos da Área de Ensino				
Nota[3]	Total	ME	DO	MP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
A	08	06	01	01	0	0	08	06	01	01	0
3	50	20	0	30	0	0	50	20	0	30	0
4	90	22	01	45	15	07	112	37	16	52	07
5	25	01	02	07	13	02	40	14	15	09	02
6	05	0	0	0	05	0	10	05	05	0	0
7	04	0	0	0	04	0	08	04	04	0	0
TOTAL	182	49	04	83	37	09	228	86	41	92	09

Tabela 3 – Distribuição de Programas e Cursos da Área de Ensino por Notas – 2022[4].

Cabe destacar, no entanto, que ainda há uma grande demanda formativa para a Área, pois dos 2.354.194 professores da Educação Básica, segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2023), apenas 89.397 possuem o título de mestre e somente 25.079 possuem o título de doutor, não necessariamente nas áreas de Ensino ou Educação. Isso corresponde a apenas 3,8% de mestres e 1,1% de doutores atuando na Educação Básica no Brasil.

É relevante analisar o crescimento e as perspectivas da área de Ensino, tendo como pano de fundo a situação da Educação Básica no país, bem como os desafios para formação continuada de professores que atuam na Educação Básica, Profissional e Superior, e de educadores em geral para, a partir desse movimento, pensar estratégias de atuação da Área a curto, médio e longo prazo. Por isso, o cenário de análise envolve, além do diagnóstico da Área, os dados referentes aos desafios da formação de professores na Pós-Graduação (Tabela 4) e as metas do PNE e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Nesse contexto, é importante destacar os debates sempre em pauta acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Educação Básica, da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, da Reforma do Ensino Médio e do ambiente de restrições orçamentárias do país, que afetam consideravelmente o cenário educacional.

[3] As notas dos cursos ativos estão distribuídas entre 3 e 7. Os programas ou cursos com nota A, são os aprovados, mas ainda não avaliados na Quadrienal.
[4] Fonte: Plataforma Sucupira, 2024.

	Brasil	SE	S	NE	N	CO
Número de docentes da Educação Básica (EB)	2.354.194	968.843	363.564	653.727	202.742	166.218
Número de docentes da EB com Graduação (Licenciatura)	1.988.556	853.136	315.471	496.668	171.458	152.690
Número de docentes da EB com Graduação (não Licenciatura)	63.596	22.330	13.373	19.920	3.807	4.184
Número de docentes da EB sem Graduação	302.042	93.377	34.720	137.139	27.477	9.344
Número de docentes da EB com formação em Pós-Graduação (PG)	1.158.292	413.500	244.875	312.732	84.580	103.297
Percentual de docentes da EB com formação em PG	49,2%	42,7%	67,4%	47,8%	41,7%	62,1%
Número de Programas de PG da Área de Ensino (2022)	182	64	44	34	22	18
Porcentagem de Programas de Ensino no SNPG	3,9%	3,2%	4,5%	3,5%	6,9%	4,4%

Tabela 4 - Indicadores Brasileiros e Regionais de Desenvolvimento e de Ensino no Brasil – 2023[5].

Os dados da Tabela 4 explicitam informações sobre formação de professores da Educação Básica, envolvendo graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, bem como sobre a oferta de pós-graduação, com destaque para a área de Ensino. Ainda da análise, aponta-se a existência de um número significativo de professores sem a formação inicial em nível de Ensino Superior. Tal situação revela a incapacidade do país em cumprir o estabelecido no PNE 2014-2024, prorrogado até 31/12/2025, que indica o compromisso em assegurar que todos os professores da Educação Básica possuam formação de nível superior na área em que atuam. Também, se observa que em três regiões (N, NE e SE) não foi atendida ainda a Meta 16 do PNE, uma vez que menos de 50% dos professores possuem formação em nível de pós-graduação. Esses dados mostram várias situações que merecem ser objeto de análise, mas denotam as diferenças, desigualdades e assimetrias regionais, justificando a necessidade de ampliação de oportunidades de formação, principalmente em nível de stricto sensu.

[5] Fonte: Censo Escolar 2023, INEP. Plataforma Sucupira, Capes, 2024.

Planejamento Estratégico da Área

O planejamento da Área de Ensino para o período de 2025-2029 considera uma série de elementos essenciais, baseados no histórico e nas demandas emergentes da área. Desde a criação da Área 46 pela CAPES em 2000, voltada inicialmente para o Ensino de Ciências e Matemática, houve uma expansão significativa que englobou outras áreas, como Saúde, Engenharia, Tecnologia, Humanidades, Linguagens, História e Filosofia. Esse crescimento reflete a diversidade e a riqueza epistemológica da área, que hoje abrange uma vasta gama de temas e abordagens multidisciplinares.

Para os próximos anos, o planejamento da área de Ensino deve focar em cinco eixos principais:

1. Formação de Profissionais Qualificados: A área de Ensino se dedica à formação de mestres e doutores capazes de atuar como agentes transformadores na educação básica, tecnológica e no ensino superior, bem como demais profissionais que atuam em outros setores da sociedade. Isso envolve a elaboração de propostas inovadoras de ensino, produtos/processos educacionais e a intervenção social. É crucial garantir que essa formação continue a atender às demandas sociais, preparando profissionais aptos a enfrentar os desafios educacionais, ambientais, sociais e culturais do país.
2. Avaliação e Planejamento Estratégico: A área deve promover um processo contínuo de autoavaliação e planejamento estratégico, indo além de uma análise meramente numérica e burocrática. Deve considerar e promover a qualidade das informações e dos processos formativos. O planejamento da área de Ensino deve estar alinhado aos interesses dos PPGs e às demandas sociais, buscando um crescimento consciente e maduro dos programas.
3. Fortalecimento da Colaboração Interprogramas: A promoção de fóruns nacional e regionais, além de grupos de trabalho (GTs) tem se mostrado uma estratégia eficiente para o diálogo e a colaboração entre PPGs de diferentes regiões e a Área. Essas iniciativas devem ser intensificadas para discutir temas relevantes como inovação, transferência de conhecimento, impacto das ações dos PPGs, fortalecimento de periódicos e outros. A criação de GTs específicos para temas emergentes, como o ensino mediado por tecnologias, ações afirmativas e o estímulo à inclusão de professores jovens e seniores, também deve ser priorizada. A transferência e o compartilhamento de conhecimento para a área de Ensino envolvem a aplicação de resultados de pesquisas e inovações educacionais com o intuito de gerar impacto social positivo. Isso inclui contribuições alinhadas à missão institucional, considerando contextos locais, regionais, nacionais e internacionais, e promovendo soluções que respondam a demandas específicas. Espera-se que a disseminação dos resultados alcance distintos segmentos da sociedade, especialmente nos espaços de atuação dos egressos, como escolas, postos de saúde e outros, com a utilização de diferentes meios e formatos de

comunicação e popularização da ciência. As ações de transferência devem ser estratégicas, por meio de parcerias, eventos de formação e desenvolvimento de tecnologias acessíveis, ampliando o impacto das inovações em políticas públicas e práticas pedagógicas. Essas iniciativas fortalecem a formação de profissionais e estudantes, conectando os PPG à sociedade.

4. Integração entre a pós-graduação, graduação e educação básica: Considerando a natureza da Área de Ensino, é importante que sejam valorizados projetos de ensino e extensão que fortaleçam a pesquisa e a pós-graduação. Tais projetos devem se retroalimentar, e fortalecer laços que contribuam para um sistema de ensino mais coeso e preparado para formar profissionais capacitados.

5. Enfrentamento das assimetrias regionais e a construção de uma política inclusiva e acolhedora para a diversidade: A aproximação estratégica da Área de Ensino com as decisões que afetam a educação no país é crucial para garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades e potencialidades dessa área de conhecimento.

Em resumo, o planejamento para 2025-2029 deve ser orientado por uma visão holística que integre a formação de profissionais qualificados, a avaliação estratégica e a colaboração interprogramas, assegurando que a Área de Ensino continue a crescer e a se consolidar como um campo essencial para o desenvolvimento educacional, científico, cultural e socioambiental do Brasil. Bem como, dialogar com pesquisas e tendências internacionais afetas à área de Ensino.

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

Com base na premissa de que a inovação está diretamente ligada à integração dos PPG com os setores produtivos industriais, de serviços e de gestão pública (PNPG, 2011-2020), a área de Ensino opta por enfatizar seu papel na geração de impacto nas esferas regional e nacional, bem como em sua relevância educacional, econômica, cultural e socioambiental.

A área de Ensino entende que sua missão é atender às necessidades da sociedade moderna de maneira criativa e solidária. Portanto, os programas acadêmicos e profissionais devem formar indivíduos qualificados capazes de gerar benefícios coletivos e promover mudanças positivas na sociedade. Nesse contexto, a inovação na área de Ensino está relacionada à originalidade ou ineditismo da pesquisa, à valorização de temas pouco explorados que preencham lacunas de conhecimento, à aplicação de novas metodologias, produtos e processos, ou à produção experimental. Ela envolve a divulgação em diferentes meios e públicos, o diálogo estratégico com outras áreas e com o conhecimento local, regional, nacional ou internacional. Além disso, inclui o desenvolvimento de novas tecnologias educacionais, culturais, sociais e ambientais, bem como o avanço nas fronteiras do conhecimento e a contribuição para a formação de profissionais e políticas públicas.

A ênfase na pesquisa e, por conseguinte, na produção de conhecimento e na produção de processos e produtos educacionais, associados à formação docente podem promover transformações significativas no ensino e na aprendizagem na Educação Básica, Tecnológica e Superior, e na formação de outros profissionais que atendem a outros setores da sociedade. As inovações e os impactos das pesquisas realizadas na Área de Ensino, no âmbito dos PPG, em parcerias com diferentes setores produtivos, públicos e privados, podem promover o desenvolvimento regional/nacional com importância econômica e social, e subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais.

Assim sendo, é tarefa dos PPG da área de Ensino planejar e desenvolver ações de pesquisa e a elaboração de processos ou produtos que contribuam para aproximar a pós-graduação do contexto educacional e de outros setores da sociedade, de modo a transformar a atuação docente, por meio da formação do professor pesquisador de sua própria prática, e de outros profissionais ligados à área de Ensino. Da mesma forma, a área de Ensino preconiza a necessária aproximação da pós-graduação com a extensão, que cada vez mais ocupa espaço na organização curricular dos cursos de licenciatura denotada pela curricularização da extensão (Resolução CNE/CES 7/2018). Aliar o ensino, a pesquisa e a extensão podem viabilizar maior aproximação das Instituições de Ensino

Superior (IES) com a comunidade do seu entorno, oportunizando a identificação das suas necessidades, bem como a implementação de soluções inovadoras e eficazes com intuito de promover a formação do profissional cidadão, a produção do conhecimento significativo e voltado à transformação social e superação das desigualdades. Desse modo, com formação adequada e consistente, os egressos dos PPG em Ensino podem se tornar agentes de inovação e impacto social em relação à qualidade da educação, nas diversas modalidades e níveis, atentando às diversidades, especificidades e necessidades de distintas naturezas que permeiam as instituições educacionais. Destaca-se, no entanto, que a formação e valorização profissional, representa uma possibilidade para a promoção da Educação Básica e de outros setores da sociedade, mas não é a única, posto que a valorização pressupõe também a existência de condições de trabalho e de remuneração adequada, dentre outros aspectos.

1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior

Desde o Quadriênio 2017-2020, os PPG são avaliados pelos critérios indicados na Ficha de Avaliação aprovada pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES). Com isso, tornou-se necessária a apresentação do Plano Estratégico do Programa, articulado com o Planejamento Estratégico e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Da mesma forma, desde então, espera-se que os PPG elaborem uma Política de Autoavaliação, alinhada àquela definida pela IES, e a consolidem com intuito de tornar seus insumos ferramenta de gestão para delinear metas adequadas, tangíveis, transparentes e bem estabelecidas com vistas ao desenvolvimento a curto, médio e longo prazos, das seguintes dimensões:

a) qualidade da formação dos pós-graduandos;
b) impacto social das ações do Programa;
c) ações de regionalização e/ou internacionalização;
d) inovação nas produções e nos processos acadêmicos;
e) excelência metodológica na geração e análise de dados, profundidade teórica e aplicabilidade das pesquisas;
f) captação de recursos, e
g) intercâmbios regionais, nacionais e/ou internacionais.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

A área de Ensino entende ser necessário ampliar o foco do processo avaliativo, reconhecendo que a autoavaliação pode trazer importantes subsídios para o desenvolvimento do PPG com qualidade. A autoavaliação pode favorecer a compreensão e a construção da identidade, tendo em conta a sua missão, de modo a orientar a construção de um planejamento estratégico com ações a curto, médio e longo prazo.

Dessa perspectiva, a busca de excelência na pós-graduação passa pelo olhar avaliativo de toda a comunidade acadêmica sobre as ações, processos e produtos realizados e desenvolvidos pelos PPG, com vistas a construir soluções para as dificuldades encontradas e a potencializar ações exitosas, em alinhamento com seu planejamento estratégico e sua missão, e com o PDI.

Seu principal objetivo é formativo, envolvendo diferentes etapas, como sensibilização, planejamento, elaboração de instrumentos, implementação, divulgação e uso de resultados, e meta-avaliação. Espera-se que todas essas etapas, não necessariamente disjuntas, sejam realizadas de maneira coletiva, com participação de toda a comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos, egressos etc.) e, eventualmente, agentes externos, com reuniões periódicas com ampla participação para balizar esse processo.

Para isso, os programas devem organizar planos, desenvolver mecanismos de execução e realizar processos de autoavaliação sistemáticos e contínuos, cujos resultados devem ser compartilhados em reuniões periódicas apontando suas fortalezas e fraquezas que, ponderadas em relação a sua vocação e à luz de um panorama de condições externas, ajudem a atualizar continuamente seu plano estratégico, estabelecendo metas a curto, médio e longo prazo.

A área de Ensino, ao invés de receber os resultados da autoavaliação realizada pelos programas, avaliará como os PPG conduzem seu processo de autoavaliação. Por isso, é importante que os PPG explicitem como esse processo se alinha ao plano estratégico e à missão do PPG e como se articula com o PDI de sua instituição, com foco na formação discente e docente e na produção intelectual, com vista à qualificação das atividades ofertadas. Importante que os PPG considerem estabelecer um diálogo com os quesitos e itens estabelecidos na Ficha de Avaliação, visto que, no seu conjunto, tais elementos representam indicadores de qualidade alinhados a área de Ensino e, historicamente definidos em conjunto com a comunidade acadêmica.

Com isso, a autoavaliação e a avaliação externa são compreendidas como processos que se complementam. Uma autoavaliação sistemática e continua pode orientar o plano estratégico do Programa em um exercício de autonomia responsável. E a avaliação externa pode focar na política, na estrutura, nos procedimentos e no uso da autoavaliação.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

Os Programas de Pós-Graduação (PPG), sejam acadêmicos ou profissionais, devem contar com um corpo docente composto por, no mínimo, 10 Docentes Permanentes (DP), podendo incluir também Docentes Colaboradores e Visitantes, conforme definido pela Portaria CAPES nº 81/2016, todos com título de doutor.

O número de docentes permanentes deve ser igual ou superior a 70% do corpo docente total, no mínimo, sendo cinco docentes permanentes com atuação exclusiva no Programa, com até 20 DP. Para programas com mais de 20 DP, 30% desses docentes devem atuar exclusivamente no programa. Do corpo docente total, 70% ou mais dos docentes devem ser permanentes. Quando da participação de docentes externos à instituição no quadro permanente, estes não devem superar 30% do corpo docente total e devem ser cedidos formalmente pela sua instituição de origem, conforme regulamentação vigente.

Em casos excepcionais, com a missão de reduzir assimetrias regionais, incentivando a criação de programas em estados onde não há cursos da Área ou em regiões afastadas dos grandes centros, na área de Ensino poderá haver programas com número mínimo de oito docentes permanentes com título de doutor, sendo quatro desses docentes com dedicação exclusiva ao curso proposto.

Os Docentes Permanentes devem: i) Participar de projetos estruturantes e de pesquisa vinculados ao PPG; ii) Desenvolver pesquisas que estejam aderentes à Área de Concentração do PPG e divulgá-las por meio de publicações acadêmicas na Área de Ensino; iii) Orientar estudantes do programa; e iv) Ministrar disciplinas, conforme as normas vigentes da CAPES.

Os projetos estruturantes têm como objetivo contribuir para o avanço do conhecimento científico, técnico ou acadêmico da área, de modo que possa fortalecer ou consolidar uma ou mais linhas de pesquisa do PPG. Esses projetos devem envolver, no mínimo, dois docentes do PPG (incluindo o coordenador), discentes, egressos, pesquisadores ou colaboradores externos. As ementas desses projetos devem sustentar o escopo de produção de conhecimento alinhado aos objetivos do programa.

Para atuar em PPG da Área de Ensino, os DP devem possuir produção aderente à área de Ensino. Para atuação no mestrado os DP necessitam ter experiência em orientação em uma ou mais das seguintes modalidades: Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação; Iniciação Científica e/ou Tecnológica; Iniciação à Docência; Especialização; Mestrado ou Doutorado. Para atuação nos cursos de doutorado, os docentes permanentes indicados devem ter orientado pelo menos duas dissertações de mestrado.

A área de Ensino delimita que os DP devem ter dedicação mínima de 10 horas semanais às atividades de ensino e pesquisa do PPG. Os docentes podem estar vinculados a, no máximo, três programas simultaneamente e orientar pelo menos um discente por ano no PPG, considerando o ano do seu credenciamento, não podendo ultrapassar 10 orientações/ano no SNPG.

1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância

Em se tratando da modalidade em EaD, a área de Ensino entende que a criação de PPG deve, inicialmente, atender aos dispositivos legais publicados pela CAPES. No que se refere as diretrizes específicas da área de Ensino, considera-se que a formação a distância deve prever em sua proposta e seu currículo, políticas e estratégias:

> [...] na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017).

Desse modo, a implementação de Cursos de Mestrado e Doutorado, na área de Ensino na modalidade EaD, exige que: a) a instituição tenha curso de Mestrado presencial recomendado e avaliado na área de Ensino com, no mínimo, nota 5; b) No mínimo, 70% dos DP do Curso proposto tenham experiência comprovada na modalidade EaD; c) Os cursos de Doutorado sejam propostos após a Instituição ter cursos de Mestrado em EaD na mesma área, recomendado e avaliado por pelo menos um ciclo avaliativo completo, com, no mínimo, nota 5. Não serão admitidas propostas conjuntas de mestrado e doutorado na modalidade EaD; d) O corpo docente permanente tenha publicação qualificada na área de Ensino tendo a EaD como objeto de investigação; e) Ocorra a previsão de interações síncronas nas disciplinas obrigatórias, em aulas experimentais, atividades de avaliação e na orientação; f) Os recursos físicos, estruturais e humanos garantam a implementação dos Cursos na modalidade EaD; e g) A elaboração e validação presencial do produto/processo desenvolvido, bem como a clara explicitação do acompanhamento da prática profissional presencial supervisionada para cursos de mestrado e doutorado na modalidade profissional.

Para a implementação de cursos na modalidade EaD, devem ser observadas as seguintes condições:

1. A articulação da proposta com o planejamento estratégico da IES, apresentando justificativa da demanda, detalhamento da política de autoavaliação institucional e seus instrumentos avaliativos no ambiente da pós-graduação, considerando-se o funcionamento dos polos.
2. A proposta de curso novo na modalidade EaD deve atender aos critérios de admissibilidade previstos no APCN vigente da área de Ensino.
3. A IES proponente deve ter Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4; ser credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos à distância, atendendo ao disposto no Decreto nº 9.057, de 2017 e possuir, no mínimo, um PPG presencial reconhecido pelo MEC, em funcionamento, com nota igual ou superior a 05 na área de Ensino.

4. Caso haja proposta de associação, o número de IES envolvidas deve ser justificado tendo como base as necessidades apresentadas relativas à demanda de estudantes e profissionais nas regiões atendidas e, principalmente, pelas condições estruturantes necessárias e suficientes para oferecer um curso de qualidade acadêmico-científica, com plena assistência docente e focado nos objetos de formação desejados.

1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional

Os cursos da modalidade profissional têm por característica essencial a pesquisa aplicada, principalmente por considerar sua atuação no diálogo com o campo da prática profissional e seus diversos atores para a construção do conhecimento, dando às pesquisas desenvolvidas nos programas profissionais, características distintivas daquelas realizadas em programas acadêmicos.

As pesquisas desenvolvidas na modalidade profissional se diferenciam das pesquisas dos programas acadêmicos na área de Ensino, ao: 1) gerar conhecimentos teórico-metodológicos que contribuam para a práxis profissional na área de Ensino e/ou para a formação de profissionais; e, 2) desenvolver produto/processo capaz de resolver problemas educacionais num contexto específico, e que possa ser usufruído por professores da Educação Básica, Tecnológica e Superior, bem como por outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais.

Nos cursos profissionais, a pesquisa desenvolvida deve gerar e avaliar um produto/processo educacional, articulado à dissertação/tese, e também apresentado separadamente. A dissertação/tese deve ser resultado de pesquisa que promova reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto/processo educacional respaldado no referencial teórico e metodológico adotados. Não estão contempladas, na modalidade profissional, pesquisas de caráter exclusivamente teórico, análise documental e outras que não gerem produtos/processos educacionais aplicáveis no contexto ou lócus de atuação do pós-graduando.

A dissertação/tese deve ser resultado de pesquisa que promova reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto/processo educacional respaldado no referencial teórico e metodológico adotado. Sendo importante, também destacar os impactos da aplicação do produto/processo educacional no contexto real da pesquisa, de forma a evidenciar as suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem, de forma a promover alguma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido, a saber, conceitual ou perceptivo, afetivo, de habilidades ou atitudes.

São exemplos de produtos e processos educacionais para a modalidade profissional, resguardados os seus níveis de abrangência: i) Material didático/instrucional (propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de

apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros); ii) Curso/Oficina de Formação Profissional (cursos, oficinas, entre outros), com proposta detalhada, que tenha relação com a Proposta); iii) Tecnologia social (produtos, dispositivos ou equipamentos; processos, procedimentos, técnicas ou metodologias; serviços; inovações sociais organizacionais; inovações sociais de gestão, entre outros); iv) Software/Aplicativo (aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros) com aderência ao Ensino; v) Evento Organizados (exposições científicas, olímpiadas, expedições, feiras e mostras científicas e atividades de divulgação científica); vi) Relatório Técnico vinculado à dissertação/tese; vii) Acervo (curadoria de mostras e exposições realizadas, acervos produzidos, curadoria de coleções, entre outros); viii) Produto de comunicação (produto de mídia, criação de programa de rádio ou TV, campanha publicitária, entre outros); ix) Manual/Protocolo (guia de instruções, protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica, manual de gestão, manual de normas e/ou procedimentos, entre outros); x) Carta, mapa ou similar.

É exigência da área de Ensino, além do cumprimento da carga horária de disciplinas, a defesa de dissertação/tese, na qual são explicitados os resultados de pesquisa qualitativa, quantitativa ou mista. Para o curso de doutorado é necessária a defesa de tese, a qual necessita ser inédita, ter relevância social e contribuir para o avanço do conhecimento na área de Ensino. O produto/processo educacional precisa apresentar grau de complexidade, inovação e validação distinta daquelas desenvolvidas em um mestrado profissional. Em casos de excepcionalidade justificada, a validação pode ser realizada por comitê ad hoc ou de especialista, antes e para além da avaliação da banca de defesa.

Por fim, também é uma exigência aos cursos dos programas profissionais o Acompanhamento da Prática Profissional (APP). O APP se constitui como uma maneira de se promover a aproximação entre o PPG e o campo de atuação da pesquisa, a partir da investigação do pós-graduando e sua busca para desenvolver uma solução para uma problemática vinculada à realidade contextual. O acompanhamento deve ser regulamentado por normas específicas de cada programa, prevista no regimento do Programa.

1.7 Visão da Área sobre formas associativas

A área compreende como PPG em associação de IES aquele que reúne duas ou mais IES ou Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT), nacionais ou estrangeiras, que compartilham compromissos, responsabilidades e estabelecem

acordos de cooperação, infraestrutura e corpo docente. A Área valoriza a proposição de PPG neste formato, considerando a superação de assimetrias, fortalecimento dos Programas, integração entre grupos de pesquisa e docentes pesquisadores, evitando o sombreamento entre PPG próximos e com as mesmas temáticas e público-alvo.

Os PPG em associação de IES organizam-se por meio de acordos de cooperação e solidariedade, nos quais justificam sua necessidade, quer por temáticas específicas de estudos e pesquisas e demandas próprias, quer por dispersão geográfica de doutores, especialmente em termos de assimetrias regionais e em regiões que carecem de cursos.

Os Programas em formas associativas devem se organizar a partir de um regimento único, aprovado por todas as IES associadas, que orientará seus regimentos específicos. Dele derivará as responsabilidades institucionais quanto à estrutura física, mecanismos de interação, organização acadêmica e administrativa, o deslocamento de docentes e discentes entre as instituições para reuniões, aulas, atividades de pesquisa, entre outras atividades acadêmicas. O diploma dos titulados será emitido pela IES de vínculo acadêmico do pós-graduando.

1.8 A interdisciplinaridade na Área

A interdisciplinaridade está presente em documentos oficiais há algumas décadas, sendo utilizada em diversos contextos, tais como educacional, midiático, tecnológico e até mesmo empresarial. Trata-se de um conceito polissêmico, que pode ser entendido como atitude de abertura ao mundo, como movimento de ruptura epistemológica e como combinação de conhecimentos de diversas áreas.

A área de Ensino é, por definição, interdisciplinar e, dada a polissemia deste conceito mobilizado em diferentes contextos, aqui se apresenta como a Área o entende e como isso dialoga com a presença da diversidade de campos de formação e atuação.

Com o desenvolvimento científico e tecnológico, em especial no que se refere à sustentabilidade, o mundo tem apresentado diversos desafios complexos, multifacetados e multiculturais. Neste contexto, a interdisciplinaridade tem papel estratégico no estabelecimento de relações entre saberes, promoção dos encontros entre o teórico e o prático, o filosófico e o científico, a ciência e a tecnologia, a ciência e a arte etc. Conhecimentos assim construídos, de maneira crítica e eticamente comprometida, podem se tornar respostas promissoras para os complexos desafios do mundo contemporâneo. Nessa lógica, a interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica partilhas teóricas e metodológicas entre duas ou mais áreas do conhecimento, geração de conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Isso pressupõe a geração de outros conhecimentos e outras disciplinas, para formar um profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida, integradora, crítica e eticamente comprometida.

Nessa perspectiva, a área de Ensino tem desenvolvido seu projeto para a pós-graduação com atitude interdisciplinar, valorizando: a) composição de corpo docente com formação em diferentes áreas de conhecimento, que se proponham a pensar juntos as questões do ensino de maneira crítica e que mostrem experiência integradora na pesquisa educacional; b) propostas curriculares de pós-graduação que privilegiem a integração entre campos disciplinares na formação do pós-graduando; c) ampliação de pesquisas que atuam com os processos educativos na perspectiva interdisciplinar; d) a pesquisa de processos e produtos educacionais que também avancem em direção ao ensino e à aprendizagem na perspectiva interdisciplinar.

A área de Ensino espera que as ações interdisciplinares se deem por meio de movimentos e projetos coletivos, envolvendo alunos, professores e, possivelmente, a comunidade externa ao PPG, de maneira comprometida com a sustentabilidade do mundo que se anuncia, o que pode ser balizado pelos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA)

A pandemia de Covid19, modificou os processos de ensino na educação, obrigando todo o sistema a utilizar novas ferramentas para a sua própria existência, apropriando-se das inovações tecnológicas. Tais ferramentas, fortemente sustentadas pela tecnologia, ao mesmo tempo em que distanciou os atores envolvidos no sistema educacional, aproximou pensamentos e fez compartilhar, de modo mais imediato, o conhecimento.

Diante dessa nova realidade, ainda que a pandemia tenha terminado, dispensar os usos da tecnologia seria retroceder no tempo processual dos avanços da própria ciência. Por outro lado, valer-se apenas do instrumental tecnológico exclui as múltiplas possibilidades de interação humana, arrefecendo sobremaneira as relações interpessoais e de afeto.

Em vista desses fatos, a Área de Ensino compreende o Ensino Híbrido não como uma modalidade de ensino, mas como um procedimento metodológico capaz de contribuir para a execução de parte do modus operandi nos programas de pós-graduação. Programas que adotarem esse procedimento devem estar atentos à legislação vigente, aos documentos orientadores da Área e à reestruturação de seus regimentos para que nestes esteja incorporado o ensino híbrido. Por fim, há que se refletir se esse procedimento metodológico é capaz de promover a inclusão cidadã, sob pena de incorrer em uma ação excludente, haja vista o aluno não deter ferramentas suficientes para ser inserido nesse procedimento (máquina compatível, internet de alta velocidade, softwares etc.).

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

A Área de Ensino reconhece a importância de cada programa definir o perfil do egresso com base nas necessidades emergentes de produção de conhecimento e formação de profissionais qualificados considerando demandas locais, regionais ou nacionais. É essencial que a modalidade de formação, área de concentração e linhas de pesquisa estejam alinhadas para garantir uma formação consistente e que atenda a essas demandas. Dessa forma, o perfil do egresso deve estar em sintonia com os objetivos do programa, sua estrutura curricular e as expectativas de formação, levando em conta possíveis impactos na carreira dos egressos.

Em caso de curso de Doutorado em verticalização com Mestrado já existente, as principais adequações e/ou inserções devem ser descritas, deixando claras as diferenças no processo de formação e no perfil do egresso Mestre ou Doutor.

Com uma formação sólida e bem estruturada, espera-se que os egressos possam propor ações que promovam o ensino, a pesquisa e a extensão nas instituições de ensino ou em seu campo profissional, seja por meio de sua atuação direta no dia a dia ou por meio da produção de conhecimento e da contribuição para a elaboração e aprimoramento de políticas públicas em diferentes setores da sociedade.

O acompanhamento do desempenho dos egressos pelos PPG, tem como finalidade contribuir com a autoavaliação, de modo que possam identificar e ampliar o seu impacto social, educacional, ambiental, cultural e na produção de conhecimento.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

A produção intelectual do Programa, compartilhada para sua avaliação, deve estar estritamente alinhada à área de Ensino. Serão consideradas produções bibliográficas e/ou técnicas elaborados pelos professores, individualmente ou em colaboração com os alunos.

A avaliação da produção bibliográfica e técnica na área de Ensino requer aderência com a(s) área(s) de concentração, linha(s) de pesquisa e projetos do PPG, atendendo às suas principais temáticas e visando o reconhecimento tanto a nível nacional quanto internacional, considerando a abrangência do PPG. É essencial que essas produções atendam aos indicadores de qualidade estabelecidos e disseminados pela área de Ensino, considerando a política de avaliação da CAPES.

As produções (bibliográfica e técnica) destacadas pelo PPG serão avaliadas com ênfase na qualidade. Esta produção intelectual deverá revelar aderência ao programa,

independência, maturidade e regularidade científica. Para a avaliação dos artigos, em um primeiro nível será feita a classificação do artigo por indicadores bibliométricos do periódico. E, num segundo nível, na avaliação da qualidade do artigo, será considerada a sua relevância e aderência do ponto de vista da área, entre outros indicadores que demonstrem a sua qualidade e o seu impacto. Produção intelectual destacada sem aderência às linhas de pesquisa do PPG não serão avaliados.

Quanto a avaliação de livros e capítulos de livros, a Área de Ensino realizará uma avaliação qualitativa exclusivamente dos livros destacados pelo Programa no quadriênio para fins de classificação. Para tal, o PPG deve anexar ao formulário de registro de livros na plataforma Sucupira um conjunto de informações descritas nas orientações de registro de resultados e produções intelectuais disponível na página da Área.

As produções técnicas e tecnológicas serão avaliadas de acordo com sua qualidade, impacto (real e potencial) e aderência à proposta do programa. Em particular, o envolvimento de docentes com estas formas de produção e atuação é imprescindível em programas profissionais. Esta produção também será tomada como indicativa da maturidade e independência do corpo docente.

A área visa promover discussões acerca da valorização dos periódicos nacionais, identificando seu papel no desenvolvimento e disseminação da produção científica nacional da Área, e a necessidade de suporte técnico, metodológico e financeiro para as boas práticas editoriais.

2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta

O Movimento de Ciência Aberta[6] propõe um conjunto de princípios e práticas que têm como objetivo tornar os resultados de pesquisa dos diferentes campos do conhecimento acessíveis e utilizáveis de maneira ampla para e pela sociedade, promovendo sua transparência, colaboração e compartilhamento. Caracteriza-se pela abertura de conteúdos, ferramentas e processos científicos envolvendo não apenas a comunidade científica tradicional, mas também atores sociais diversos com o objetivo de beneficiar a ciência e a sociedade como um todo.

A área de Ensino reconhece a importância da Ciência Aberta e os seus desafios, que estão relacionados as questões políticas, metodológicas, epistemológicas e de sustentabilidade financeira para lidar com os custos associados ao modelo de publicação em acesso aberto; à integridade e boas práticas editoriais no sentido de manter a qualidade e a confiabilidade das publicações com acesso aberto, evitando a disseminação de revistas com más práticas editoriais; às complexidades associadas ao processos de avaliação realizados de forma aberta; ao acesso à infraestrutura

[6] https://www.unesco.org/en/open-science?hub=348

tecnológica necessária para garantir que as plataformas de publicação sejam acessíveis e eficientes; e à necessidade de desenvolver políticas públicas visando a promoção do acesso aberto de maneira duradoura.

Ciente desses desafios e dadas as especificidades dos periódicos da área, como política de promoção da "Ciência Aberta", a área de Ensino valorizará as revistas e as publicações de acesso aberto, preferencialmente aquelas que permitam ser distribuídas, remixadas e adaptadas, desde que lhes atribuam o devido crédito pela criação original, de modo a promover maior impacto e visibilidade para os trabalhos publicados e a acelerar o progresso científico e a inovação.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade[7]

A área de Ensino considera que a avaliação do impacto das ações e produções desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação em processos e cenários sociais a curto, médio e longo prazo requer indicadores qualitativos, como:

1. Produção Científica e Acadêmica: Artigos publicados em revistas científicas, com acesso livre e gratuito; Publicações voltadas ao lócus de atuação dos sujeitos em formação; Trabalhos que estimulem novos campos de investigação, seja pela utilização de novas abordagens teórico metodológicas ou pela proposição de novos problemas.
2. Formação de profissionais qualificados: excelência na formação de mestres e doutores; Promoção da diversidade e inclusão (acesso e permanência) de grupos sub-representados na pós-graduação, tais como negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e outros; Empregabilidade dos egressos do programa; Atuação de egressos em espaços que se relacionam com a formação realizada e que continuem os estudos, em Cursos de Doutorado e/ou Pós-doutorado; Egressos com ascendência profissional que possam promover ações diferencias que reverberem a missão do PPG.
3. Prática Profissional: Desenvolvimento de pesquisas que promovam práticas pedagógicas e de formação; Participação na proposição de políticas públicas; Aplicação das produções e ações do programa no contexto regional ou local; Produção de teses e dissertações que problematizem a prática profissional; Formação de profissionais comprometidos com a missão da área de Ensino;

[7] Considerando incentivos para ampliar transferência/compartilhamento de conhecimento e expandir produtos/processos de inovação tecnológica e social.

Atuação dos docentes e discentes do Programa em atividades de formação inicial e continuada de outros profissionais da área de Ensino.

4. Desenvolvimento de Produtos/Processos Educacionais: Publicações problematizando a produção e/ou utilização de produtos educacionais; Publicação de e-books e materiais didáticos que contribuam com o ensino; Acompanhamento da produção e divulgação/replicação de materiais didáticos e sua utilização em instituições a que se destinam; Divulgação de materiais didáticos em ambientes criados com esta finalidade como, repositórios específicos das IES e/ou nacionais.
5. Inserção na Sociedade: Participação dos docentes e discentes em Projetos Sociais e Comunitários; Participação dos Programas em projetos que envolvam ensino, pesquisa e extensão e envolvam impacto no contexto social da comunidade local e/ou regional; Estabelecimento de parcerias com entidades/instituições que atuam, de forma direta e/ou indireta, para promoção do Ensino, nas diversas áreas.

Para além do exposto, tem-se que as evidências qualitativas dos impactos das ações e produções dos programas se darão na relação entre as seguintes dimensões:

- O que foi realizado: está alinhado à missão e ao planejamento estratégico do programa? Aborda temas sensíveis (ODS, Políticas de Ações Afirmativas e de Inclusão, Formação Inicial e outros)? A equipe de pesquisa inclui estudantes e docentes do programa? Outros programas nacionais ou internacionais foram parceiros no desenvolvimento?
- Para quem foi realizado: redes de saúde ou ensino, grupos vulneráveis, grupos específicos. Está alinhado às políticas da CAPES? O público atendido participou da pesquisa?
- Onde está disponível: os resultados, processos/produtos ou materiais estão acessíveis? Estão em plataformas públicas? Houve adoção do produto/processo pelo público atendido? Como?

Dito isso, cabe ao Programa apresentar, em seus Relatórios de Avaliação quadrienal, elementos que explicitem a coerência entre o impacto das ações/produções e a sua natureza (profissional/acadêmico), a sua missão (relacionada à vocação do programa) e a sua inserção (local, regional, nacional e/ou internacional), articuladas com o seu Plano Estratégico (curto, médio e longo prazo).

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência

No Relatório de Avaliação o PPG deve declarar a sua Missão, a sua vocação e a sua inserção no contexto local, regional, nacional e/ou internacional. Essas informações devem estar alinhadas com o Plano Estratégico do programa, abrangendo objetivos de curto, médio e longo prazo. É fundamental que, ao enfocar a inserção em diferentes contextos, os programas detalhem em suas propostas o impacto social que sua atuação tem na comunidade, de acordo com a sua missão institucional.

Pode-se considerar como inserção local/regional/nacional: a) ações e atividades (eventos, cursos de extensão, mostras, palestras) do PPG; b) participação de egressos em atividades de nucleação; c) desenvolvimento de atividades de extensão associadas aos Projetos de Pesquisa e Produtos/Processos Educacionais, em trabalho conjunto com a graduação; d) associação de produtos/processos educacionais a projetos que visam desenvolver ações afirmativas nas diferentes esferas do ensino (da educação básica à educação superior) ou do campo profissional; e) fortalecimento de parcerias com escolas, secretarias de educação (municipal e estadual) e do campo profissional oferecendo cursos, minicursos, atividades de atualização de práticas docentes para professores e outros profissionais, tendo como temática as pesquisas em construção nos Programas; f) realização de projetos de pesquisa com pesquisadores nacionais; g) realização de mobilidade discente em IES ou grupos de pesquisa nacionais; h) supervisão de pós-doutorado de pesquisadores brasileiros; i) atuação docente como pareceristas em periódicos nacionais, editais de agências de fomento, sociedades científicas, dentre outros.

No que diz respeito à internacionalização dos PPG, a Área de Ensino leva em consideração: a) a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente; b) a colaboração com centros de excelência ao redor do mundo; c) a participação ativa de professores e alunos em eventos e cursos internacionais; d) o desempenho equiparável a programas de formação profissional em nível global; e) a realização de estágios no exterior tanto para doutorandos quanto para pós-doutorandos; f) a vinda de pesquisadores estrangeiros como professores visitantes; g) a criação de cursos e cotutelas internacionais de doutorado; h) a promoção da mobilidade de professores e alunos entre os programas de pós-graduação, dentre outros. Espera-se que a internacionalização resulte na geração de conhecimentos que possam promover o desenvolvimento do conhecimento, aprimorar a prática profissional e, priorizar a busca por soluções para desafios específicos do Brasil.

Para impulsionar a visibilidade dos Programas da área de Ensino, é necessário adotar uma abordagem estratégica e diversificada. Recomenda-se a criação e manutenção de um site institucional atualizado, otimizado para mecanismos de busca, a produção de vídeos para plataformas online, a criação de podcasts ou a elaboração de conteúdos de

qualidade para redes sociais. Manter a página do Programa em outros idiomas, disponibilizar os produtos/processos educacionais em repositórios institucionais, com acesso público e gratuito, além de manter perfis acadêmicos atualizados também são medidas importantes para aumentar a visibilidade. A disseminação dos resultados produzidos no PPG deve ser ampla, alcançando diferentes públicos.

Para promover a popularização da ciência, é fundamental tornar o conhecimento acessível e compreensível para o público em geral e específicos. Isso envolve traduzir conceitos complexos em linguagem simples e atrativa, utilizando diversos meios de comunicação, como mídias digitais, eventos e exposições. O objetivo é aproximar a ciência da sociedade, estimulando o interesse pelo conhecimento científico e fortalecendo o diálogo entre a comunidade científica e o público.

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A área de Ensino considera importante a interação das ações dos PPG com os diferentes níveis de ensino, como a Educação Básica e o Ensino Superior, bem como com os diferentes setores da sociedade que demandem e ao mesmo tempo contribuam para a formação de profissionais qualificados para atuar na promoção do ensino no país. Nesse sentido, os cursos de Mestrado e Doutorado têm a função de formar pesquisadores com vistas à produção de conhecimento sobre o ensino, sobre práticas profissionais, que contribuam para o seu entendimento e para a busca de soluções para os diferentes níveis formativos e para as diversas realidades educacionais/profissionais brasileiras.

Destaca-se, ainda, a importância de promover pesquisas direcionadas à análise e ao desenvolvimento de práticas, processos e produtos, que possam ser disseminadas no âmbito de escolas e PPG, além de outros segmentos da sociedade que desenvolvam processos formativos formais e não formais no País. Para isso, espaços formais e não formais devem ser considerados ambientes de formação e de produção de conhecimento, nos quais os resultados das pesquisas dos PPG podem e devem contribuir com a formação continuada de profissionais da educação e de outros setores da sociedade. Desse modo, o ensino e a pesquisa aliam-se à extensão, em um processo de retroalimentação que promova mudanças necessárias no ensino e em outros setores da sociedade.

Dentro desse contexto, a área de Ensino estimula a realização de diversos eventos, como seminários, encontros regionais e nacionais, workshops, palestras e debates. Essas atividades podem ser organizadas e apoiadas por sociedades científicas, com o intuito de fomentar a troca de experiências e divulgar os resultados de pesquisas que possam contribuir para a promoção do ensino e aprendizagem. Além disso, são incentivados eventos regionais que visam promover a interação dos participantes dos PPG com a comunidade externa, a fim de compartilhar conhecimento e benefícios mútuos. A Área

estimula a submissão de propostas a editais de órgãos de fomento, relacionados a projetos que visem à articulação entre IES, a Educação Básica e à outros setores da sociedade, em especial, associados à formação inicial e continuada de professores, e de outros profissionais previstos na missão do PPG. Nesse sentido, destacam-se ações que a CAPES vem desenvolvendo, com vistas a contribuir para o aprimoramento da qualidade da Educação Básica e estimulam experiências inovadoras, com o uso de recursos e tecnologias de comunicação e informação nas modalidades de ensino presencial e a distância.

A Área também considera positivas as iniciativas que integram os programas com os cursos de licenciatura e envolvem estudantes da Educação Básica e a comunidade de modo geral, fomentando iniciação científica desde os primeiros anos de escolarização, voltadas à formação contextualizada e interdisciplinar e a divulgação e produção de conhecimentos em espaços não formais.

Parcerias com outros setores da sociedade também são importantes para a realização de projetos conjuntos que contribuam para a interação entre pesquisa, ensino e extensão, voltadas à promoção da Educação.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

O conceito de excelência é multidimensional, complexo e com valores passíveis de serem estabelecidos de diferentes maneiras. Para a CAPES, o conceito de excelência serve primariamente como fundamento para que as áreas de avaliação possam definir os chamados “programas de excelência”, que recebem conceitos 6 e 7, entendidos como programas que se destacam no cenário nacional e internacional nos indicadores de formação, produção intelectual e no reconhecimento de desempenho superior em termos de liderança quando comparados aos demais programas da sua área de avaliação.

Ainda que, historicamente, tenha se utilizado para essa diferenciação critérios majoritariamente ligados à produção científica, no contexto mais atual, entende-se que a excelência na pós-graduação deve abranger qualidade, integridade, diversidade e impacto social das atividades de pesquisa e formação de profissionais qualificados.

Essa ampliação do conceito se alia à compreensão de que as sociedades contemporâneas exigem não apenas expertise acadêmica em suas áreas de conhecimento, mas também a capacidade dos pesquisadores de desenvolver habilidades para, de maneira coletiva e interdisciplinar, lidar com as diversas questões em torno das quais gravitam problemas sociais, educacionais, econômicos, políticos, culturais, tecnológicos e ambientais da nossa época. Espera-se, assim, de um programa

de excelência, a qualidade e capacidade diferenciada de formação em nível de pós-graduação, com impacto na sociedade, visando à promoção de equidade, diversidade, inclusão e compartilhamento da excelência na pós-graduação, bem como a capacidade de gerar inovações tecnológicas e sociais condizentes às demandas da sociedade.

Para definir seus programas de excelência, a área de Ensino procederá com uma avaliação comparativa, considerando indicadores associados a quatro categorias: *Formação*; *Impacto da produção intelectual e impacto social*; *Liderança, nucleação e solidariedade*; e *Padrão de cooperação e liderança nacional e internacional*.

Em *Formação*, a área de Ensino avaliará a capacidade de formação do programa, especialmente no que diz respeito a doutores, em relação ao conjunto de programas da área, e como se dá o percurso de formação do aluno na pós-graduação, com destaque às balizas que buscam garantir a qualidade desse processo e à adoção de práticas atentas aos desafios da sociedade. Serão levados em consideração a ocupação dos egressos; existência de estratégias de formação sólidas.

Na avaliação do *Impacto da produção intelectual e social* na área de Ensino, serão consideradas as repercussões acadêmicas e sociais do programa. Isso inclui não apenas o desenvolvimento de novos conhecimentos, mas também o impacto econômico, cultural, ambiental e social tanto a nível local e regional, como nacional e internacional. Será levada em conta a amplitude da produção intelectual, valorizando especialmente a colaboração entre discentes, egressos e docentes em publicações nacionais e internacionais. Além disso, serão avaliados produtos e processos educacionais que tenham impacto significativo tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral, demonstrando utilidade e inserção em políticas públicas. Também será analisada a contribuição social do programa por meio de projetos, parcerias e convênios que envolvam ativamente docentes, discentes e egressos. Serão consideradas ações que promovam a inclusão social de grupos sub-representados, a empregabilidade dos egressos em áreas relacionadas à missão do programa, bem como o reconhecimento e liderança de egressos em instituições nacionais e internacionais. A avaliação do impacto das ações dos egressos será realizada considerando o período de sua titulação, destacando o impacto positivo gerado por sua atuação após a conclusão do programa.

Em *Liderança, nucleação e solidariedade*, a área de Ensino avaliará a presença e o reconhecimento do programa em um panorama nacional e internacional, observando a diversidade de origem dos discentes; a capilaridade de atuação dos egressos do programa em outras regiões que não somente a do próprio programa; a promoção de atividades científicas e culturais com efetivo envolvimento da sociedade; solidariedade com programas não consolidados ou com países que apresentam menor desenvolvimento na Área e nucleação de novos programas no país ou no exterior; participação em projetos de pesquisa em cooperação com grupos em processo de consolidação; atuação na formulação, planejamento e avaliação de políticas públicas; participação de docentes permanentes, discentes e egressos em ações de ensino e

formação voltadas para a educação básica, técnica, tecnológica e superior; participação de docentes permanentes em comitês, assessoramentos, comissões e instâncias de planejamento, execução e deliberação de agências e órgãos de fomento à pesquisa e pós-graduação; participação dos docentes como editores-chefe e/ou pareceristas de periódicos; ou editores associados de periódicos com abrangência nacional e internacional; atuação em sociedades científicas; e realização de ações de divulgação e popularização da ciência, dentre outras.

Em *Padrão de cooperação internacional*, a área de Ensino considerará a coerência do programa e sua proposta de internacionalização, observando como as ações de cooperação internacionais são operadas, em termos de estabilidade, publicação em mídias internacionais reconhecidas, tipos de colaboração, mobilidade discente e docente, e capacidade de atração de profissionais estrangeiros qualificados. Serão levados em consideração o planejamento estratégico com previsão de ações de internacionalização do programa; website do programa com informações voltadas para o público internacional em língua estrangeira; oferta de disciplinas em língua estrangeira; presença de discentes estrangeiros como alunos regulares no programa; a realização de visitas técnicas, missões de curta duração, doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral por parte de alunos e pesquisadores estrangeiros no programa; participação de discentes e docentes na organização de eventos acadêmicos e científicos de alcance internacional; teses e dissertações com coorientação de pesquisadores estrangeiros; docentes com orientação, coorientação ou supervisão de dissertações, teses e estágios de alunos estrangeiros; participação de membros estrangeiros em bancas de dissertações e teses do programa; participação de docentes em comitês e diretorias de associações, sociedades científicas, conselhos e programas internacionais; assessoria e pareceres de docentes para editoras, periódicos e agências internacionais; participação de docentes em redes e projetos de colaboração internacional em pesquisa, desenvolvimento e inovação; participação de docentes e discentes como palestrantes ou apresentadores de trabalho em eventos de alcance internacional; financiamento internacional, cooperações bilaterais e convênios obtidos diretamente no exterior; e produção intelectual de docentes e/ou discentes em parceria com pesquisadores estrangeiros, dentre outros.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.

Superar as assimetrias entre as distintas regiões do país é um dos grandes desafios que se apresenta à Área. As regiões Norte e Centro-Oeste, especialmente, são as que demandam mais atenção e, dessa forma, a área de Ensino tem procurado atribuir um olhar atento às peculiaridades e especificidades regionais, de forma que seja possível o desenvolvimento de ações que favoreçam a redução das assimetrias existentes. A preocupação da área também abrange as disparidades existentes dentro das regiões e a promoção da interiorização da pós-graduação.

A Área tem apoiado a oferta de Programas Interinstitucionais e/ou em forma Associativa, realizando o acompanhamento mais próximo e qualificado para fomentar a apresentação de novos APCN advindos de IES localizadas em estados onde não há cursos da Área ou em regiões afastadas dos grandes centros e atribuído atenção às peculiaridades e especificidades quando dos processos de avaliação sem, no entanto, perder de vista os padrões de qualidade estabelecidos pela área de Ensino.

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

A área de Ensino reforça que as turmas aprovadas em editais de Programas de Cooperação Interinstitucional (PCI) devem atender aos critérios estabelecidos pela área. É fundamental que essas turmas sejam organizadas de maneira a não sobrecarregar o corpo docente do PPG que atuará como instituição promotora. Além disso, é necessário considerar a importância de atuar em áreas de assimetria, com o objetivo de ampliar e democratizar a formação de profissionais qualificados.

No contexto das propostas de PCI com uma perspectiva internacional, a área de Ensino incentiva o estabelecimento de parcerias estratégicas entre o Brasil e países da América Latina e do continente africano. Essas parcerias visam fortalecer a cooperação acadêmica e contribuir para o desenvolvimento de uma formação mais inclusiva e qualificada.

As turmas aprovadas por meio do PCI devem atender a demandas específicas em um período determinado e contar com a supervisão da Área de Ensino e da Capes para garantir a qualidade, conforme as condições estabelecidas no programa inicialmente aprovado.

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

O Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades no âmbito da CAPES (Portaria Capes 215, de 10 de julho de 2024) orientou procedimentos e ações para aprimorar o processo de inclusão de pessoas diversas que devem ser guias para as Instituições, Programas de Pós-Graduação e Coordenações de Área.

Neste contexto, a área de Ensino entende que a Pós-Graduação é um espaço de luta pelo fortalecimento da justiça social e da democracia, que podem ser promovidas por políticas efetivas de ações afirmativas. Em especial, a área de Ensino espera que tais ações contribuam para a alteração da fisionomia da pós-graduação, valorizando a importância de sua diversidade, com desdobramentos observados em sua produção científica.

Para isso, a Área sugere que os programas criem comitês permanentes voltados para o fortalecimento das políticas de ações afirmativas, capazes de promover discussões sobre a diversidade e a equidade, definindo critérios de inclusão e assumindo as dimensões de acesso e permanência de grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica e pessoas com deficiência, ainda sub-representados na pós-graduação.

Em relação ao acesso, espera-se que os programas estabeleçam mecanismos efetivos para o ingresso de pessoas contempladas por políticas afirmativas de inclusão, tais como reservas de vagas e políticas de cotas. Em relação à permanência, espera-se que as instituições atendam às necessidades específicas para a inclusão, acessibilidade e permanência desses grupos nos seus PPG.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração

As fusões entre dois ou mais programas de pós-graduação *stricto sensu*, de mesma modalidade, têm sido estimuladas pela Capes, pois nessa situação os programas unem-se para a formação de um novo programa ou para integração de discentes, docentes, recursos e infraestrutura a um dos programas, extinguindo-se o programa que foi incorporado. Estimula-se também a criação de PPG multicampi e interunidades aprovados pela CAPES. Essa medida reduz o número e a fragmentação de programas, principalmente, se forem localizados na mesma região. Essas medidas são recomendáveis para: a) programas que tenham áreas de concentração ou linhas de pesquisa e atuação similar a outros da mesma IES; b) programas com desempenho regular, que possam se articular com outro programa na IES ou na região em que atua; c) programas com decréscimo gradativo do número de docentes ou discentes, cuja fusão pode contribuir para a manutenção do programa e da sua qualidade.

Por outro lado, e na mesma perspectiva, a área de Ensino não estimula a fragmentação de PPGs. Por isso, na análise de APCN, a área analisa o contexto para identificar se não há outros PPG na mesma região com semelhança de perfil do egresso, das áreas de concentração e das linhas de pesquisa. Caso ocorram desmembramentos, principalmente, em Programas por associação, o processo será realizado de acordo com a legislação vigente.

As migrações pouco têm ocorrido na área de Ensino. Nesse caso, é necessária a análise caso a caso, para identificar a real necessidade de migração de um programa de uma instituição para outra, de modo a preservar ou incrementar a qualidade na formação dos pós-graduandos envolvidos nessa decisão.

Em todas essas situações, os cursos envolvidos devem estar de acordo e manifestar a concordância formalmente à CAPES, além de explicitar como ocorrerá o processo de fusão, desmembramento ou migração, bem como as necessárias garantias a todos os envolvidos.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

A área de Ensino considera como importantes os avanços tecnológicos que estão redefinindo o panorama da pesquisa e da pós-graduação. Essas inovações impõem desafios inéditos que requerem uma abordagem inovadora, novas responsabilidades e uma comunicação renovada. Diante disso, a Área 46 precisa debater estratégias para enfrentar essas questões, como o impacto da Inteligência Artificial. A utilização da IA em contextos pedagógicos requer a promoção de um uso inclusivo e equilibrado da IA; uma abordagem que coloque o ser humano no centro da IA considerando suas influências no desenvolvimento educacional, na pesquisa e na formação acadêmica. É fundamental compreender o uso da IA como ferramenta que auxilia na busca pela solução de questões pertinentes à Área de Ensino, sem desconsiderar os princípios éticos.

A área também destaca a importância do cuidado com questões éticas na pesquisa em Ensino, as quais estão relacionadas com a integridade dos métodos utilizados e a idoneidade do trabalho. Nesse sentido, a ética na pesquisa deve ser considerada em todo o processo investigativo, desde a escolha do tema até a comunicação dos resultados. Dessa forma, a área defende que as atividades e ações desenvolvidas pelos PPG devem ser responsáveis, inclusivas, transparentes e diversificadas, refletindo um conjunto de atividades acadêmicas e seu impacto na sociedade. Além disso, a área considera importante que os PPG atendam aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando os três eixos, a saber: social, ambiental e econômico, valorizando a educação de qualidade (ODS 4).